

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Palestra com juiz Moro é sucesso em site ao lado de cantores pop e sertanejo

Evento sobre enfrentamento da corrupção no Rio Grande do Sul teve 1.500 ingressos a R\$ 60 e R\$ 90 esgotados rapidamente

Habituaados a ver na programação shows como o do cantor sertanejo Daniel e do pop Tiago Iorc ou um número dos palhaços Patati Patatá, frequentadores do teatro Feevale, em Novo Hamburgo (RS), passariam o tempo na noite desta quarta (21) com uma apresentação pouco usual para o local: a palestra “Enfrentamento da corrupção sistêmica”, com o juiz Sergio Moro.

O magistrado, que julga os processos da Operação Lava Jato, costuma falar para bacharéis em direito e universitários, mas desta vez se apresenta para um público provavelmente mais heterogêneo —as mais de 1.500 pessoas que acessaram o site Ingresso Rápido e se dispuseram a pagar de R\$ 60 a R\$ 90 para ouvi-lo falar por 1h30.

O site tem como carro-chefe shows e peças de teatro, mas a experiência com Moro parece ter sido bem sucedida comercialmente. As entradas se esgotaram em 72 horas, segundo a assessoria do Grupo Sinos, que organiza o evento.

O ritmo de vendas é mais intenso do que o de palestrantes famosos, como o best-seller de autoajuda Augusto Cury. Ingressos para uma palestra do escritor também estão sendo vendidos na mesma plataforma, mas ainda há dezenas de assentos disponíveis.

MAIS PALESTRAS

Moro já disse que o número de convites para falar Brasil e no exterior aumentou significativamente desde que foi alçado à fama pela atuação na investigação da corrupção na Petrobras.

Na maioria das vezes, porém, as apresentações são gratuitas e feitas em universidades ou em eventos voltados para o meio jurídico e empresarial.

Antes de Novo Hamburgo, por exemplo, o juiz foi à Pensilvânia, onde falou em uma universidade.

De acordo com o próprio Moro, um de seus objetivos ao falar publicamente nesses eventos é dar um recado para o setor privado.

“Tenho concordado em dar palestras a entidades empresariais, tem sido um pouco cansativo por conta da agenda, mas acho importante porque eu dou aquele recado óbvio de que [a corrupção] não é só problema do governo, é problema da empresa que paga propina”, disse à **Folha** em agosto.

Se decidir enveredar pela carreira de palestrante, o juiz do Paraná entrará numa indústria que movimenta R\$ 100 milhões por ano no país, segundo a Sociedade Brasileira de Palestrantes.

Os cachês podem variar bastante. Augusto Cury, por

exemplo, cobra R\$ 50 mil por encontro. Já o ex-presidente Lula, réu de Moro, diz cobrar até US\$ 200 mil (R\$ 650 mil).

O Grupo Sinos não informou se pagou cachê a Moro.

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Lula réu, de novo

Sergio Moro aceita denúncia contra Lula por lavagem de dinheiro e corrupção e acerta ao tentar restringir o debate jurídico aos autos processuais

Em uma decisão cuidadosa, dada a dimensão política do acusado, o juiz federal Sergio Moro aceitou a denúncia apresentada na semana passada pelo Ministério Público Federal e transformou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em réu num processo criminal.

É a segunda vez que o petista adquire esse incômodo status. No primeiro caso, na Justiça Federal do Distrito Federal, Lula terá de se haver com a suspeita de participação numa trama destinada a comprar o silêncio de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras.

Agora, em Curitiba, o ex-presidente responderá a acusações de lavagem de dinheiro e corrupção.

Esses crimes corresponderiam a uma pequena fração dentro de um grande esquema de desvios, do qual teriam participado executivos de empreiteiras, diretores da Petrobras, doleiros e políticos.

Considerando apenas contratos referentes a duas refinarias da estatal, o MPF estima que a construtora OAS tenha distribuído R\$ 87,6 milhões em propina, dos quais R\$ 3,7 milhões direcionados a Lula. A parte do ex-presidente, de acordo com a denúncia, se consubstanciou num apartamento em Guarujá e no armazenamento de bens.

Moro considerou que as provas

apresentadas nesta fase inicial são suficientes para dar andamento à ação penal. Destacou, contudo, que daí não decorre nenhum juízo definitivo sobre a responsabilidade criminal do ex-presidente — ou seja, existe um caminho a ser trilhado até a eventual condenação.

“Tais ressalvas são oportunas”, escreveu Moro, pois a presença de Lula entre os réus pode “dar azo a celeumas de toda a espécie”. Com razão, continuou: “Tais celeumas, porém, ocorrem fora do processo. Dentro, o que se espera é observância estrita do devido processo legal, independentemente do cargo outrora ocupado pelo acusado”.

O aparte do magistrado vem bem a calhar, e não só pela atenção que o julgamento do líder petista tende a atrair. Assim como integrantes do MPF abusaram da retórica quando do oferecimento da denúncia, Lula mostra-se disposto a se defender na arena em que se sai melhor: a dos discursos políticos.

É seu direito, obviamente, disputar a opinião pública. Caso tenha pretensões eleitorais nos próximos anos, o ex-presidente precisa dar à militância uma bandeira para agitar — mesmo que feita com a puída fantasia de vítima.

A estratégia, todavia, resultará inútil se, até 2018, o petista vier a ser condenado em duas instâncias da Justiça, hipótese em que se verá enquadrado na Lei da Ficha Limpa. Se quiser provar sua inocência, portanto, Lula deve fazê-lo nos autos — mas talvez nessa arena sua defesa já não soe convincente.

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

ROBERTO DIAS

Mata-mata

SÃO PAULO. Lula x Moro era o clássico mais aguardado da temporada política, para consumir metáfora ao gosto do ex-presidente.

De um lado, o brasileiro de maior projeção na primeira década deste século. Do outro, o líder da corrida pelo posto no atual decênio.

Em seis dias, o juiz de Curitiba aca-
tô a denúncia que acusa Lula de
corrupção em meio a muita polêmica
sobre a qualidade do trabalho ofere-
cido pelo Ministério Público. Ao fazê-
lo, agendou para o próximo semestre
a final do campeonato da Lava-Jato
— Moro tem levado cerca de seis me-
ses para dar suas sentenças.

A leitura formal da história obvia-
mente não é essa. Afinal, Moro é juiz.
Quem acusa Lula são os procurado-
res, não ele. Na prática é diferente.
Outrora o “político mais popular do
planeta”, Lula hoje teria problemas
se aparecesse em ambiente não con-
trolado pelo petismo. Muito desse
desgaste decorre dos atos de Moro,
que por sua vez põe boné e óculos
escuros para evitar assédio no avião.

Não por acaso, a defesa de Lula ar-
gumenta que inexistente magistrado no
caso. Diz que Moro não é um “agen-
te desinteressado”. Também não por
acaso o juiz se vacinou. “Não olvida o
juiz que, entre os acusados, en-
contra-se ex-presidente da Repúbli-
ca, com o que a propositura da de-
núncia e o seu recebimento podem
dar azo a celeumas de toda a espé-
cie”, escreveu. “Tais celeumas, po-
rém, ocorrem fora do processo.”

Por mais meandros que existam
num processo judicial, há escassa
margem para empate no duelo. Se
condenar Lula, o juiz vai deixar o
petista com um pé fora da eleição de
2018. Se não o fizer, Moro virará do
avesso a imagem que moldou para si.

O julgamento do mensalão durou
quase dois anos. Reuniu um colegia-
do de ministros e dezenas de réus em
meio a tramas secundárias, arrou-
bos retóricos e momentos aguarde-
cenas-do-próximo-capítulo. Foi um
campeonato de pontos corridos. O
que haverá em Curitiba é mata-mata.

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Estão com medo que eu volte, afirma Lula

Em discursos de campanhas no interior do Ceará, ex-presidente se disse ofendido e magoado por ter virado réu

“ Se não encontrarem [provas], quero que [...] peçam desculpas por desonrar um homem que teve a ousadia de tirar o povo do século 18

LULA
ex-presidente

Petista considera ser alvo de perseguição e afirmou que ‘grupo de meninos’ futuca sua vida sem achar provas

Em discursos realizados nesta quarta-feira (21), no interior do Ceará, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva citou o processo em que é réu desde terça (20) e disse que um “grupo de meninos” futuca sua vida sem encontrar provas.

Dizendo-se ofendido e magoado, Lula afirmou que estão com medo de que ele volte à Presidência da República.

O ex-presidente disse ser alvo de perseguição desde 2011, quando a preferência eleitoral do PT chegou a 34%.

“Aí começou a tentativa de me destruir”, afirmou o ex-presidente ao discursar na cidade de Barbalha (a 503 km de Fortaleza).

Descrivendo o que, na sua opinião seria o discurso dos adversários, Lula afirmou: “Além de afastar a Dilma, precisamos cuidar desse Lula. Se a gente ficar brincando, esse Lula se mete a se candidatar de novo”.

O ex-presidente cumpre uma agenda de comícios pelo Nordeste nesta semana, onde participará de passeatas e acompanhará candidatos do PT às eleições municipais.

Na cidade do Crato (a 500 km de Fortaleza), o ex-presidente disse que há exatamente dois anos “uns jovens do Ministério Público, da Polícia Federal e da Fazenda” o investigam.

“Agora, o cara diz: ‘não tenho provas, tenho convicções’. Se fosse dizer as convicções que tenho de algumas pessoas deste país, não caberia nessa praça.”

Também nesta quarta, o juiz Sergio Moro expediu uma intimação a Lula e a outros sete réus sobre a decisão de abrir a ação penal. Nos discursos, transmitidos pelo Instituto Lula, o petista repetiu que, se encontrarem um centavo roubado por ele, pedirá desculpas publicamente.

“O dia que acharem um real na minha vida que não seja meu, não valho mais ter a confiança de vocês”, discursou.

Mas desafiou: “Se não encontrarem, quero que tenham a mesma dignidade e peçam desculpas por desonrar um homem que teve a ousadia de tirar o povo do século 18”.

Diante de apoiadores, o petista disse ainda que “nós só devemos respeitar um presidente da República se for eleito pelo voto”. Em todos os palanques por que passou, o ex-presidente desqualificou o governo Temer.

Em Iguatu (a 365 km de Fortaleza), ele chegou a chorar ao falar de miséria e afirmou: “Se quiserem impedir o Lula de voltar, eles têm que impedir o povo de votar”. “Eles não têm que ter medo deste velhinho de 71 anos. Eles têm que ter medo de vocês [eleitores].”

Ao som de palavras de ordem como “Fora, Temer” e “Brasil urgente, Lula presidente”, o petista também atacou a imprensa.

A agenda, que começou nesta quarta por Barbalha, termina na sexta (23). Lula ainda passará por Fortaleza, Natal, Recife e Ipojuca (a 50 km de Recife). (CATIA SEABRA)

FOLHA DE S. PAULO

Pai biológico deve pagar pensão a filho, diz STF

22 SET 2016

Decisão vale mesmo se
filho não for registrado

GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta (21), por 8 votos a 2, que pais biológicos são obrigados a arcar com as necessidades materiais de seus filhos mesmo quando eles foram registrados por outra pessoa.

Como o julgamento tem repercussão geral, o entendimento do Supremo balizará as decisões sobre o tema em todos os tribunais do país.

A corte analisou o caso de uma mulher de Santa Catarina, hoje com 33 anos. Ela descobriu que não era filha do marido de sua mãe e, aos 16, conheceu o pai biológico.

Exames de DNA comprovaram a filiação e ela entrou com uma ação para pleitear pensão e herança do pai biológico. Pediu ainda para retificar seus documentos de identificação e incluir o nome dele. O Judiciário acolheu a reclamação da mulher.

O pai biológico recorreu da decisão ao Supremo, sob justificativa de que não deveria arcar com as necessidades de uma filha que só conheceu quando ela era adolescente.

Relator do caso, o ministro Luiz Fux negou o recurso. "O conceito de família não pode ser reduzido a modelos padronizados", afirmou.

Dias Toffoli foi incisivo ao manifestar sua opinião, concordando com Fux: "Fez o filho, tem obrigação", disse.

Os ministros Teori Zavascki e Edson Fachin se disseram favoráveis ao recurso apresentado. Não há relação necessária entre paternidade biológica e a paternidade jurídica", afirmou Teori.

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Crime sem castigo

BRASÍLIA - Sobravam convicções, mas faltavam provas do aval do Planalto ao plano de anistiar a prática de caixa dois. Agora não faltam mais. O ministro Geddel Vieira Lima, articulador político do governo Temer, saiu em defesa do perdão a quem ocultou dinheiro de campanha.

O peemedebista disse ao jornal "O Globo" que a existência de projetos para tipificar o crime de caixa dois significa que a prática ainda não é ilegal. Por isso, argumentou ele, quem ocultou dinheiro da Justiça Eleitoral não deve ser punido.

"Anistia serve a quem cometeu um crime. No caso do caixa dois, se não tem crime, não tem anistia", afirmou o ministro. "Agora, quem foi beneficiado no passado, quando não era crime, não pode ser penalizado".

Especialistas em direito eleitoral apontam ao menos duas leis que já enquadram o financiamento ilegal de campanhas. O Código Eleitoral prevê pena de até cinco anos de prisão para quem "omitir" ou "inserir declaração falsa ou diversa da que

devia ser escrita para fins eleitorais".

A lei de crimes contra o sistema financeiro proíbe "manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida". Neste caso, a pena é de um a cinco anos.

A procuradora Silvana Batini, professora da FGV no Rio, explica que o caixa dois sempre foi crime. "O problema é que temos um baixíssimo histórico de punição no Brasil", afirma. Ela diz que políticos e financiadores fazem um cálculo de custo e benefício antes de tapear a Justiça Eleitoral. "Como a chance de punição era baixa, o caixa dois sempre foi um bom negócio", conclui.

Se restar alguma dúvida no Planalto, recomenda-se ouvir a ministra Cármen Lúcia. Em 2012, ela enquadrou réus do mensalão que diziam que o escândalo era "só caixa dois". "Caixa dois é crime. Caixa dois é uma agressão à sociedade brasileira", afirmou. "E isso não é só, isso não é pouco". Para azar de quem discorda, a ministra acaba de assumir a presidência do Supremo.



22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Curitiba abre apuração sobre sumiço de peças

A Prefeitura de Curitiba abriu nesta quarta (21) sindicância para apurar responsabilidade sobre o desaparecimento de obras de arte de museu da cidade.

Reportagem da **Folha** mostrou a suspeita de que parte do acervo esteja numa chácara do ex-prefeito Rafael Greca (PMN), que concorre ao cargo e lidera as pesquisas. O atual prefeito Gustavo Fruet (PDT) tenta a reeleição.

Fotos de Greca em redes sociais mostram objetos que coincidem, em descrição e imagens, com os itens desaparecidos em 1995, do museu Casa Klemtz. Na época, Greca era prefeito. O candidato afirma que seu mobiliário é de herança.

A gestão Fruet afirma que não tinha informações sobre o paradeiro das peças até a publicação da reportagem. A sindicância irá apurar responsabilidade de servidores e pode convidar Greca a prestar esclarecimentos.

No fim da tarde, a campanha de Greca divulgou que dois guardas municipais de Curitiba foram flagrados em frente à chácara do candidato e encaminhados à delegacia por usurpação de função pública. Eles disseram que cumpriam "ordens superiores" e faziam uma investigação sobre "objetos desviados da secretaria de Cultura de Curitiba".

A campanha de Fruet negou ter orientado servidores a investigar o caso.

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

PP direciona recursos ao Paraná, do ministro Barros

Titular da Saúde é tesoureiro licenciado de sigla;

filha está entre agraciados

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O PP, partido do ministro da Saúde, o paranaense Ricardo Barros, abriu o cofre para candidatos do Paraná.

Postulantes a prefeito e vereador no Estado receberam, até agora, R\$ 2,2 milhões em doações do diretório nacional do partido, do qual Barros é tesoureiro licenciado.

O valor corresponde a quase 25% de todas as doações feitas pelo PP até aqui, segundo levantamento da Folha em dados entregues ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

É o Estado que mais recebeu verbas da sigla, à frente de importantes colégios eleitorais como São Paulo, Minas Gerais e Bahia — que têm, inclusive, uma bancada maior que a do Paraná.

Entre os principais contemplados estão a filha do ministro, a deputada Maria Victória, que concorre à Prefeitura de Curitiba; Marcelo Belinati, candidato a prefeito em Londrina; e Silvio Barros, irmão do ministro e favorito à Prefeitura de Maringá.

Os três são do PP, mas o dinheiro do partido, oriundo do fundo partidário e de doações ao diretório nacional, foi distribuído a políticos de dez diferentes siglas no Paraná — todos aliados do ministro.

Entre eles, quem mais recebeu foram candidatos a prefeituras no interior pelo PSB, PSDB e PMDB.

Nenhum outro diretório nacional fez tamanho investimento no Paraná. O segundo partido que mais investiu foi o PSDB, do governador Beto Richa: R\$ 229 mil — um décimo do que o PP desembolsou até agora.

PLANOS PARA 2018

Barros tem pavimentado a candidatura de sua mulher, Cida Borghetti (PP), ao governo em 2018. Ela é a atual vice-governadora.

A família também tem Maria Victória como deputada estadual e três ex-prefeitos de Maringá, terra natal dos Barros: o ministro; seu pai, Silvio Barros; e seu irmão Silvio Barros 2º (por dois mandatos), atual candidato ao posto.

O ministro ganhou projeção como deputado federal, cargo para o qual se elegeu cinco vezes. Na Câmara foi líder tanto do governo do tucano Fernando Henrique Cardoso quanto do petista Lula.

'QUADRO TEMPORÁRIO'

O ministro nega qualquer ligação com a distribuição das verbas partidárias. A direção nacional do PP refuta direcionamento e diz que esse quadro é "temporário", já que as doações são distribuídas segundo a bancada federal de cada Estado.

Até o fim da eleição, portanto, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que têm seis deputados pepistas, devem

ficar com o maior quinhão das verbas partidárias, assegura a executiva do PP.

O Paraná, com apenas três deputados federais do PP (Barros está licenciado), tem quase cinco vezes mais verbas que os gaúchos e 15% a mais que os mineiros.

Ricardo Barros

Ministro da Saúde e deputado federal licenciado, era tesoureiro do PP até assumir o ministério. Principal nome do partido no Paraná, quer lançar a mulher ao governo estadual em 2018. Nega ter relação com as doações

QUEM MAIS RECEBEU

Marcelo Belinati (PP)

- Concorre à Prefeitura de Londrina
- Recebeu R\$ 500 mil

Lucio de Marchi (PP)

- Concorre à Prefeitura de Toledo
- Recebeu R\$ 485 mil

Maria Victória (PP)

- filha do ministro
- Concorre à Prefeitura de Curitiba
- Recebeu R\$ 301 mil

Silvio Barros (PP)

- irmão do ministro
- Concorre à Prefeitura de Maringá
- Recebeu R\$ 250 mil

22 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Vítimas violadas

Há algo de acabrunhante na constatação, em pleno ano 2016, de que 30% dos brasileiros ainda concordam com a ideia de que mulheres adeptas de roupas provocantes não podem reclamar quando são estupradas. Mais ainda, na descoberta de que tal proporção vale também para as próprias mulheres entrevistadas pelo Datafolha.

O mesmo levantamento, encomendado ao instituto pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revela que 65% da população declara ter medo de sofrer alguma violência sexual. Neste caso, porém, ocorre notável divergência no predomínio de temor entre mulheres (85%) e homens (46%).

O contraste dos percentuais relativos ao contingente feminino dá uma ideia de como permanece arraigada a “cultura do estupro”, como se convencionou dizer. Até parcela das mulheres que receiam ser vítimas desse crime vil parecem acreditar que possa haver algo de justificável nele, ou pelo menos que a responsabilidade não caiba exclusivamente a quem o comete.

É uma violação dupla: como se, além de sofrer a agressão sexual, a mulher devesse sentir-se culpada.

Decerto essa noção — ainda muito disseminada — tem algo a ver com a prevalência escandalosa do delito no país. Foram 47.646 estupro notificados em 2014, segundo

o último anuário (2015) do FBSP.

Para piorar as coisas, a cifra corresponde a uma fatia diminuta da violência sexual efetivamente ocorrida. As estimativas de subnotificação variam, mas se calcula que meros 10% a 35% dos casos terminem de fato reportados (com certeza o despreparo da polícia para lidar com as vítimas, apontando por metade dos entrevistados, não incentiva mulheres a denunciar os ataques recebidos).

Na melhor hipótese, ocorreriam pelo menos 131 mil estupros por ano no Brasil. São 15 por hora, ou um a cada quatro minutos.

Verdade que se registrou pequena diminuição (6,7%) nas ocorrências de 2013 para 2014, de acordo com o mesmo anuário. Não é o caso, contudo, de atribuir muito significado a esse suposto recuo, pois muitos fatores desconhecidos podem influenciar a taxa de subnotificação de ano para ano.

Há outro tipo de informação positiva na pesquisa Datafolha, ademais. A adesão à frase que imputa culpa à vítima é bem mais baixa que 30% entre os jovens de 16 a 24 anos (23%) e entre as pessoas com diploma de nível superior (16%).

Esses dados indicam que decresce nas novas gerações a tolerância com a violência sexual e que a educação continua a ter papel chave nesse processo civilizador.

PAINEL DO LEITOR

Estupro

A culpa do estupro é sempre do estuprador (“1/3 dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos”, “Cotidiano”, 21/9).

MARIA ALVES (Brasília, DF)

Muito triste constatar que somos um país atrasado, com uma população de mentalidade obtusa, nível baixo de instrução e com uma percepção arcaica e machista sobre a mulher. E, ao dizer isso, não poupo as mulheres, que, ao que parece, estatisticamente, também são responsáveis por reproduzir um padrão ultrapassado e absolutamente repugnante de comportamento em relação à mulher. Morrerei sem ver esse país se civilizar um dia.

RENATA TESSALIAN (São Paulo, SP)

O deplorável dado divulgado pela Datafolha de que 1/3 dos brasileiros, tanto homens quanto mulheres, consideram que “a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada” é a constatação da ignorância e obscurantismo em que grande parte da nossa sociedade ainda se encontra. Chamar isto de cultura do estupro é ofender a palavra “cultura”.

LUCIANO HARARY (São Paulo, SP)

22 SET 2016

BEMPARANÁ

Nos últimos anos, Curitiba registrou 1,4 mil estupros

São três casos a cada dois dias. Para um terço da população, a culpa é da vítima

Rodolfo Luis Kowalski

A cada dois dias, três pessoas são vítimas de estupro em Curitiba. É o que revelam dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp-PR), que indicam 1.397 casos registrados na Capital entre janeiro de 2014 e maio de 2016. O bairro com mais registros é a Cidade Industrial, com 134 estupros no período, seguido pelo Sítio Cercado (98).

Apesar de alarmante, ao longo dos últimos anos o índice vem caindo. Ainda segundo com a Sesp, em 2014 foram registrados 615 estupros, o que dá uma média de 51 casos por mês. Em 2015 houve uma redução de 6,77%, com 576 ocorrências, ou 48 por mês. Já neste ano, foram 206 episódios até maio, aproximadamente 41 por mês.

Mais até do que os dados, é alarmante a reação de boa parte da população aos estupros, especialmente quando a vítima é mulher. Segundo pesquisa encomendada ao Datafolha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), um terço (33,3%) da população acredita que a culpa é da vítima. Entre os homens, 42% acreditam que o estupro acontece porque a mulher não se dá ao respeito e/ou usa roupas provocativas. Entre as mulheres, 32% concordam com a afirmação.

“A mulher em hipótese alguma pode ser criminalizada. Ela é vítima, sempre, não ré! Essa cadeia de pensamento precisa ser rigorosamente combatida na nossa sociedade”, alerta Renato Sérgio de Lima, vice-presidente do FBSP.

A situação brasileira, inclusive, se contrapõe ao que acontece em outros países. No Reino Unido, por exemplo, a polícia costuma fazer as perguntas básicas: quem?, quando?, onde?, como?. Uma pergunta, contudo, nunca é feita: por quê?

“Não olhamos para a vítima para pensar por que isso aconteceu com ela, para julgá-la. Isso aconteceu e a pessoa que fez isso é que criou o problema, não a vítima. Não importa como você se veste, se bebeu ou usou drogas”, diz Bernie Ryan, do centro de referência St Mary's, que treina policiais e outros profissionais.

CONTINUA

22 SET 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

NÚMEROS

ESTUPROS CURITIBA

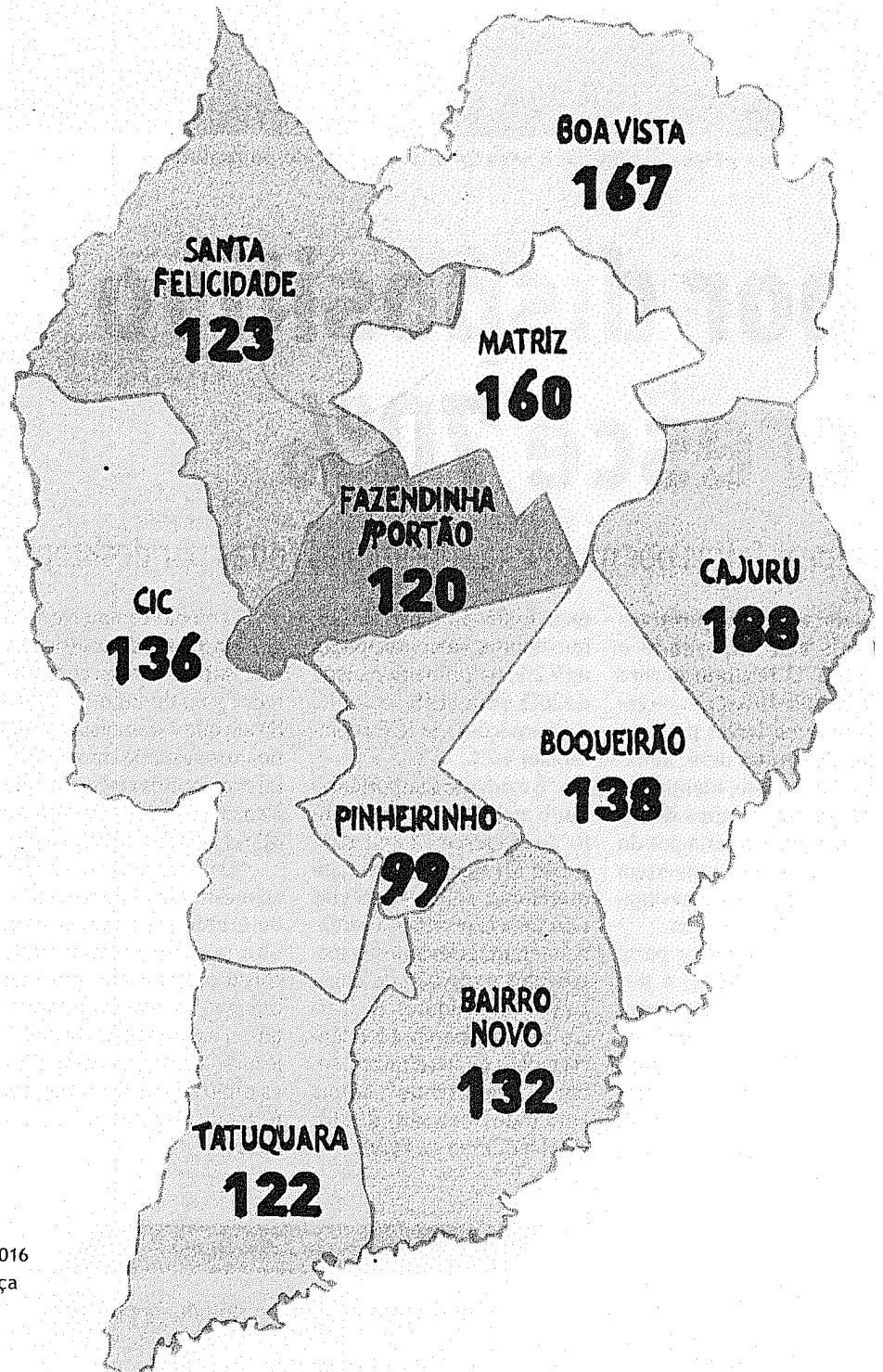
Total de Ocorrências	
2014	615
2015	576
2016*	206
TOTAL	1.397

ESTUPROS POR REGIONAIS

(2014-2016*)

BAIRROS COM MAIS OCORRÊNCIAS

Cidade Industrial	134
Sítio Cercado	98
Cajuru	96
Tatuquara	82
Uberaba	65
Centro	60
Boqueirão	60
Alto Boqueirão	45
Pinheirinho	37
Novo Mundo	36



*Dados de janeiro a maio de 2016
Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp-PR)

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Cajuru e Boa Vista são as "campeãs"

Entre as regionais, aquelas que acumulam maior número de casos de estupros são as do Cajuru, Boa Vista e Matriz, nessa ordem. No primeiro, foram registrados 188 estupros no período analisado, dos quais 96 no bairro Cajuru e outros 65 no Uberaba. Já na regional da Boa Vista, foram 167 ocorrências, sendo 34 no Santa cãndida, 30 no Bairro Alto e 27 no Pilarzinho. Por fim, no Matriz, foram 160 episódios, com maior acúmulo no bairro Centro (60 ocorrências).

Nas regionais do Boqueirão, do CIC e do Bairro Novo, que aparecem na sequência, foram 138, 136 e 132 estupros no período, respectivamente. Na primeira regional, os bairros que concentram mais casos são o Boqueirão (60) e o Alto Boqueirão (45), enquanto na regional do CIC o bairro Cidade Industrial registrou 134 casos. Já no Bairro Novo, o "destaque" é o Sítio Cercado, com 98 estupros desde janeiro de 2014.

Por fim, temos as regionais de Santa Felicidade, com 123 estupros, do Tatuquara, com 122 registros, do Fazendinha/Portão, com 120 casos, e do Pinheirinho, com 99 ocorrências. Em cada uma dessas regionais, os bairros com mais registros são, respectivamente, Santa Felicidade (29), Tatuquara (82), Seminário (34) e Pinheirinho (37).

RÁPIDA

Sem ocorrências

Entre janeiro de 2014 e maio de 2016, quatro bairros de Curitiba permaneceram sem registrar um estupro sequer. São eles: São Miguel (regional da CIC), São João (regional de Santa Felicidade), Riviera (regional da CIC) e Lamenha Pequena (regional de Santa Felicidade).

Além deles, outros três bairros tiveram poucos registros no período. São eles: Lindoia (regional do Pinheirinho), São Lourenço (regional do Boa Vista) e Taboão (regional do Boa Vista). Nestes, foram registradas apenas um estupro desde 2014.

Ministério Público oferece apoio às vítimas

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) conta com o Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro (Naves), que presta assistência às vítimas de estupro, mediante orientação jurídica e apoio psicológico para minimizar as sequelas.

O núcleo faz o acompa-

nhando das investigações e das medidas cautelares relacionadas a crimes praticados na Capital, com o oferecimento das respectivas denúncias, para maior rapidez nos processos e a responsabilização dos autores. O serviço é gratuito e sigiloso.

80%

dos casos registrados em Curitiba recebem apoio do Naves, que atende vítimas maiores de 18 anos que não tenham sofrido violência doméstica.

22 SET 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

OBJETIVO

Murchou 1

Murchou a bola do juiz Márcio Tokars, o polêmico magistrado que quase conseguiu paralisar a Operação Publicano. Oficialmente, ele continua atuando como juiz convocado da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, mas já não lhes são dados para relatar processos novos. Mantêm-se sobre sua mesa apenas processos antigos que se iniciaram sob sua responsabilidade. É "juiz preventivo" destas causas, segundo a terminologia do Judiciário.

Murchou 2

Tokars cavou seu desprestígio junto à cúpula do TJ quando, em julho, decidiu suspender a primeira fase da Operação Publicano, conduzida pelo juiz

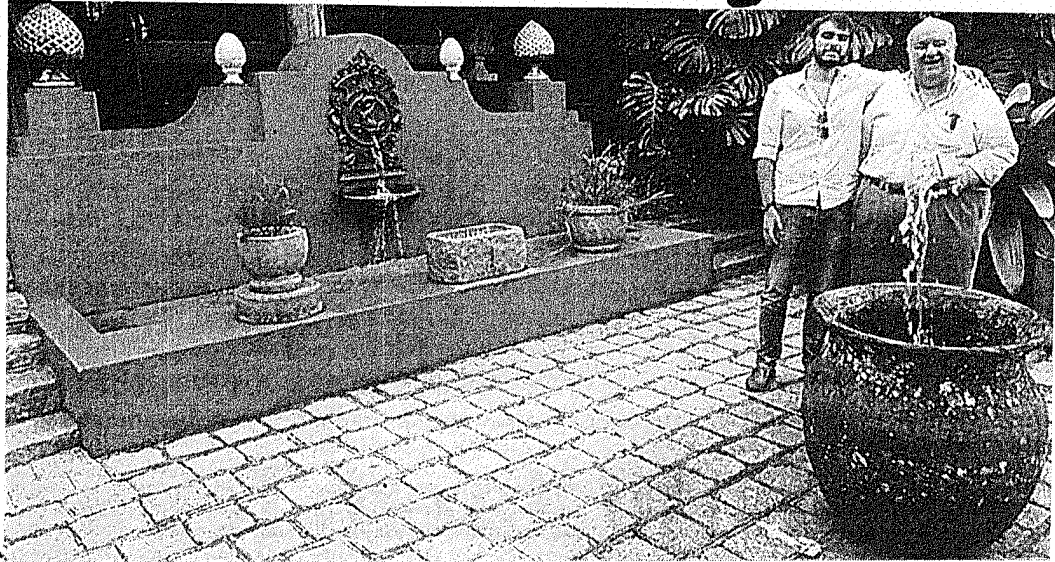
Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal de Londrina. A suspensão, se mantida, colocaria por terra praticamente todo o processo que incrimina réus importantes denunciados pelo Gaeco, dentre os quais o ex-diretor da Receita Estadual Marcio Albuquerque. Diante da equivocada decisão, com grave repercussão negativa para a Justiça, dias depois Tokars se viu forçado a revê-la. O afastamento definitivo do magistrado da 2ª Câmara ainda está dependendo de ato oficial do presidente do TJ, desembargador Paulo Vasconcelos.

Pedalada

O procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas da União (TCU) participa, na próxima segunda-feira (26), do início das atividades do Centro de Estudos do Ministério Público de Contas do Paraná, com palestras sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para quem não se lembra: Júlio Marcelo é aquele que identificou as "pedaladas" de Dilma e que deu uma das principais bases jurídicas para o impeachment da ex-presidente.

GAZETA DO POVO 22 SET 2016

Sumiço de obra vira polêmica e caso policial



Chácara São Rafael das Laranjeiras, de Rafael Greca, com lavatório ao fundo: polêmica.

Prefeitura abre sindicância contra o ex-prefeito Greca por bens públicos em chácara; ele nega irregularidade

*Euclides Lucas Garcia e
Diego Ribeiro*

Dois guardas municipais de Curitiba foram detidos pela Polícia Civil em Piraquara, na região metropolitana, na tarde de ontem, por usurpação da função pública. Segundo o boletim de ocorrência, ambos afirmaram estar no local realizando uma investigação a mando dos superiores para apurar a suspeita de que objetos desviados da Secretaria da Cultura de Curitiba estariam em uma chácara da região. O imóvel em questão pertence ao candidato Rafael Greca (PMN), contra quem a administração municipal abriu uma sindicância para apurar o desaparecimento de ao menos três móveis do Museu Casa Klemtz.

Ontem, a gestão Gustavo Fruet (PDT) disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que pretendia entrar na Justiça para recuperar dois lavatórios e uma cristaleira que seriam do acervo da Casa Klemtz – comprada pelo município na época da administração de Greca, em 1995, e transformada em patrimônio público –, no Fazendinha. Segundo um relatório da Fundação Cultural de Curitiba, de 2013, 12 dos 29 itens do acervo do museu estariam desaparecidos.

A instituição suspeita que parte desses itens estaria na Chácara São Rafael, pertencente a Greca, com base em fotos publicadas pelo próprio candidato nas redes sociais. De acordo com o museu, pelo menos três móveis coincidiriam, em descrição e imagens, com os objetos desaparecidos. Ao jornal, a fundação afirmou que “há indícios fortíssimos” de que sejam as mesmas peças – dois lavatórios e uma cristaleira.

Aos policiais civis que os abordaram por volta das 13 horas de ontem, os dois guardas afirmaram que estavam

no local justamente para apurar se esses móveis estavam na chácara de Greca. Com eles, a polícia apreendeu dois revólveres calibre 38 com marca da prefeitura da capital, um colete balístico, uma máquina fotográfica e dois veículos alugados.

Outro lado

Em nota, Greca disse desconhecer qualquer “desaparecimento” de acervo na sua gestão. “Esclareço que o mobiliário da minha casa, conforme fotos postadas por mim voluntariamente na minha página pessoal, pertence ao acervo da família. No caso específico são objetos da herança do meu avô, Manoel Valdomiro de Macedo, legados por seu pai, o comendador José Ribeiro de Macedo (1840-1917), e do acervo da família Bernardo Pericás, legado dos avós de Margarita, minha mulher”, diz a nota. “Os móveis de madeira de estilo eclético eram copiados diferentes vezes por um mesmo artesão. Os de ferro eram reproduzidos pela fundição Mueller.”

Os próximos passos da ação contra Lula

Até proferir a sentença, juiz Sergio Moro deve seguir procedimentos previstos no Código de Processo Penal na ação em que o ex-presidente se tornou réu

Kamila Mendes Martins

● Com o recebimento da denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras sete pessoas pelo juiz federal Sergio Moro por corrupção ativa e passiva, e lavagem de dinheiro, o processo penal contra eles foi oficialmente instalado e todos se tornaram réus. Agora, até que Moro profira a sentença criminal, seja os condenando ou os absolvendo, uma série de procedimentos terá de ser seguida.

Destaque para a fase de audiência, quando Lula e Moro devem ficar frente a frente pela primeira vez. Confira a seguir o passo a passo até a sentença, explicado pelo professor de Direito Penal da Escola da Magistratura Federal do Paraná Marcelo Lebre.

DILIGÊNCIA COMPLEMENTAR

Depois do interrogatório, ainda durante a audiência, as partes podem requisitar alguma diligência complementar, como, por exemplo, o pedido de acareação entre duas testemunhas que foram contraditórias em seus depoimentos. Essa fase de pedido de diligências durante a audiência é o momento limite para apresentar as provas que se quer produzir, como previsto no artigo 402 do CPP.

DEFESA ESCRITA

Uma vez recebida a denúncia, o juiz vai citar o acusado para comparecer no processo com advogado constituído e apresentar a primeira defesa escrita em um prazo de 10 dias corridos, que passa a ser contado da data em que o réu tomou ciência da intimação. O nome desta peça que a defesa terá de apresentar é resposta à acusação.

Nela o advogado pode, por exemplo, pedir nulidade do inquérito policial; alegar carência de ação, dizendo que não estão preenchidos os pressupostos da ação penal, entre elas a justa causa (indícios concretos de autoria e materialidade); questões de mérito (tentar demonstrar que não houve crime, que a conduta não é típica); pode pedir aqui absolvição sumária ao demonstrar que o réu não cometeu crime algum mesmo sem ser ouvido pelo juiz.

Essas possibilidades estão previstas nos artigos 396 e 397 do Código de Processo Penal (CPP). Nessa peça a defesa arrola as testemunhas e delimita quais provas vai querer produzir em juízo. "É extremamente importante, porque é a primeira vez que a defesa vai conversar formalmente com o juiz no processo", ressalta Lebre.

ANÁLISE DO JUIZ

Depois de apresentada a resposta à acusação, os autos voltam ao juiz para que ele analise as teses levantadas pela defesa. Se ela pleitear a absolvição sumária, ele terá de avaliar. Para que o magistrado acate esse pedido, tem de estar muito claro e evidente que não cometeu o crime e, se absolver sumariamente o réu, o processo acaba neste momento. Se não absolver, marca a data para a audiência de instrução e julgamento.

CONTINUA

22 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AUDIÊNCIA

O primeiro passo é a oitiva de vítimas (o que não deve ocorrer neste caso), depois das testemunhas de acusação, de defesa – nesta ordem – e apenas no final é feito o interrogatório dos réus, que precisam estar presentes, mas que podem permanecer em silêncio o tempo todo para não produzirem provas contra si mesmos. É nesta fase que Lula e Sergio Moro devem ficar frente a frente pela primeira vez. Sempre quem se manifesta primeiro no processo é o Ministério Público, para que depois a defesa tenha a chance de rebater as acusações. "O princípio que vigora é o da presunção da inocência. Portanto é o Ministério Público que tem de provar a culpa do réu e não o acusado que precisa comprovar sua inocência", ressalta Lebre.

ALEGAÇÕES FINAIS

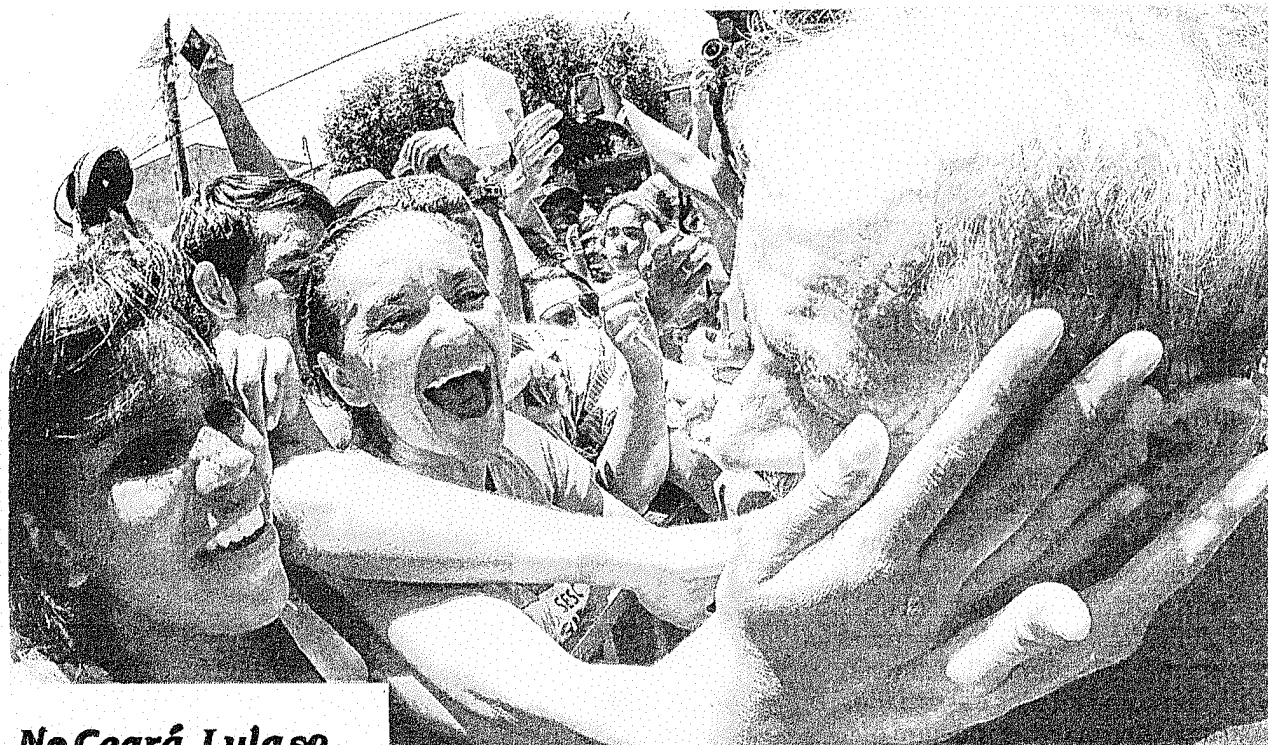
Após as diligências, entra-se na última fase antes de o juiz proferir a sentença, que é a das alegações finais. É o momento para que acusação e defesa apresentem suas teses para tentar convencer o juiz. "É a última oportunidade que as partes têm para conversar com o magistrado no processo. É a peça mais importante." De acordo com o CPP, deveria ser oral, mas, na prática, o juiz remete para que as partes apresentem as alegações finais por escrito. Primeiro o Ministério Público terá um prazo de 5 dias para entregar sua peça. A defesa terá acesso a ela para só então produzir sua tese também em 5 dias. Depois disso, o juiz analisará todas as provas constantes no processo, as teses das partes e proferirá a sentença de acordo com a sua convicção. Será preciso que ele fundamente a decisão que tomar.

CONTINUA

22 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



No Ceará, Lula se diz 'ofendido' por ter vida 'futucada'

● Um dia depois de ser transformado em réu pelo juiz Sergio Moro, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro pelo caso do triplex, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou ontem um periplo pelo interior do Nordeste para fazer campanha por candidatos do PT nas eleições municipais.

Em Barbalha, no Ceará, ele se disse "ofendido e magoado" por ter tido a vida "futucada por uns meninos do Ministério Público Federal". Lula disse achar que é uma tentativa de "destruir o PT" e impedir que ele possa ser candidato a presidente em 2018. Em Crato, também no Ceará, Lula disse em discurso que, se encontrarem um centavo roubado por ele, pedirá desculpas publicamente. "Mas, se não encontrarem, quero que tenham a mesma dignidade e peçam desculpas por desonrar um homem que teve a ousadia de tirar o povo do

século 18."

O PT está preparando uma campanha nacional e internacional para reforçar a defesa de Lula usando este argumento: o processo que será julgado pelo juiz Sergio Moro faz parte de um golpe continuado, que iniciou com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e continua com a tentativa de afastar Lula da política e inviabilizá-lo para 2018.

22 SET 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



22 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Prisões preventivas revogadas

O Supremo Tribunal Federal (STF) revogou, no último dia 14, duas ordens de prisão preventiva contra o ex-delegado chefe da Receita Estadual em Londrina Marcelo Muller Melle decretadas pela 3ª Vara Criminal em 15 de setembro e em 11 de novembro de 2015. Quem assina a decisão é o ministro-relator Gilmar Mendes. O auditor, que está em liberdade, chegou a ser preso em setembro do ano passado, na Operação Publicano, sob suspeita de participação de um esquema de corrupção na Receita, que envolve servidores públicos e empresários de vários setores que pagariam propina para sonegarem tributos aos cofres do Estado e em alguns casos teriam sido achacados pelos auditores.

Mais revogações

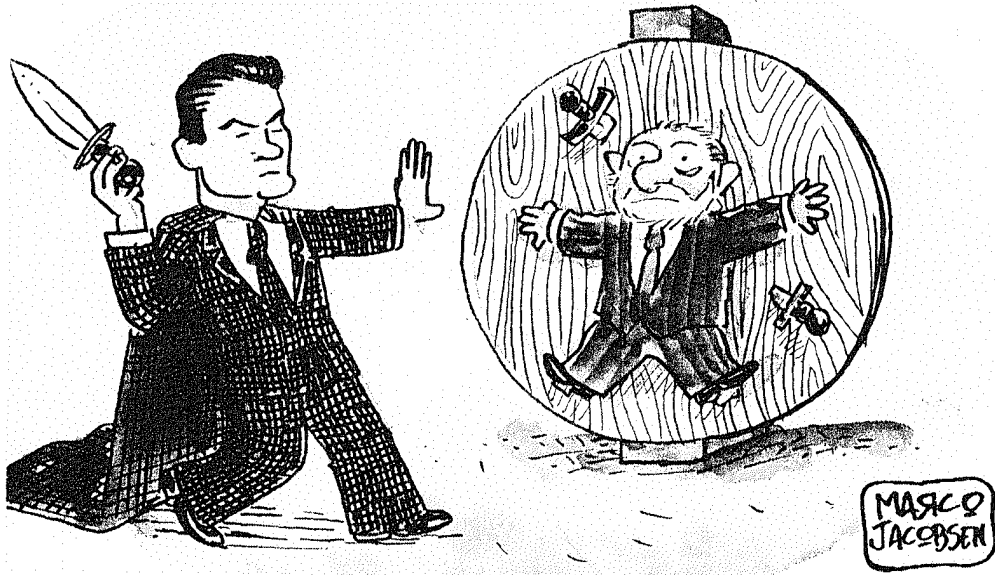
O STF também revogou, no último dia 20, as ordens de prisão preventiva contra os auditores Amadeu Serapião, Benedito Maciel de Goes, Eurico Rosa de Almeida, Marco Antonio Bueno e Nelson Mandelli Junior. O relator Gilmar Mendes, porém, rejeitou os pedidos feitos pelas defesas dos auditores Ademir de Andrade, Douglas Vitorio da Silva, Ederson Luiz Bonatto, Jane Elen Reis Cotta, Luiz Antonio Belarmino, Samir Malouf Ibrahim e Ataliba José de Souza Filho. Todos os auditores estão em liberdade.

Bens desbloqueados

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello determinou nessa quarta-feira (21) o desbloqueio dos bens do empresário Léo Pinheiro, sócio da OAS, e do ex-executivo da empreiteira Agenor Franklin Magalhães Medeiros. Com isso, o ministro derrubou uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) pela qual deveriam ficar retidos R\$ 2,1 bilhões das pessoas físicas e jurídicas da OAS e da Odebrecht por supostas irregularidades nas obras da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco. Mello já havia dado um despacho idêntico, mas referente aos bens da construtora. O despacho de ontem atende aos pedidos feitos pelas pessoas físicas de Pinheiro e Medeiros.

22 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA



22 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito de Sertanópolis é considerado analfabeto pela Justiça Eleitoral

Viviani Costa

Reportagem Local

O prefeito de Sertanópolis (Região Metropolitana de Londrina), Aleocidio Balzanelo (PDT), mais conhecido como Tide Balzanelo, teve o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral. O candidato à reeleição pela coligação "Sertanópolis em boas mãos" foi considerado analfabeto, o que o torna inelegível.

Na decisão, o juiz eleitoral Gabriel Gonzalez Vieira destacou que Balzanelo passou por um teste de alfabetização aplicado de acordo com a legislação eleitoral, já que o candidato não apresentou comprovante de escolaridade. A avaliação "demonstrou que o candidato não possui capacidade de compreender o que lhe é perguntado, responder de acordo com este entendimento e de usar a leitura e escrita, não podendo, portanto, ser considerado alfabetizado".

Em uma das perguntas, Balzanelo teria que mencionar duas competências do prefeito segundo a Lei Orgânica do Município anexada à folha de respostas. "Fico despachando o dia inteiro e também visitando obras. Adiministro (sic) minhas propriedade (sic) com uma equipe escolhida e formada por mim [...]", escreveu o atual prefeito de Sertanópolis. Para o juiz, as respostas demonstraram que o candidato "não consegue correlacionar sua resposta ao grau mínimo de enten-

dimento que se exige de uma pessoa que pretende ocupar cargo de tamanha importância como o de prefeito". Falhas na documentação apresentada pelo PDT também contribuíram para a decisão.

A candidatura de Edson Pedro Almeida Filho (PSC) ao cargo de vice-prefeito pela mesma chapa também foi indeferida. Assim como o PDT, o juiz apontou que há falhas na documentação relacionada ao PSC. Dessa forma, a situação dos 12 candidatos a vereador pelos dois partidos está pendente na Justiça Eleitoral.

DEFESA

A campanha de Balzanelo pode ser realizada normalmente já que ainda cabe recurso da decisão. Procurado pela reportagem, o prefeito estava em reunião durante a tarde de ontem. Em nota enviada à **FOLHA**, a advogada Ihatiana Maria de Souza, que defende Tide, disse que "recebeu com surpresa e indignação" a decisão da Justiça Eleitoral. "Entendemos que a decisão foi equivocada ao passo que o candidato 'Tide Balzanelo', embora tenha cursado apenas os anos iniciais do ensino fundamental, possui domínio da leitura e escrita", diz a nota. "Tal comprovação, inclusive, já foi atestada pela própria Justiça Eleitoral em eleições anteriores quando da análise dos pedidos de registro de candidaturas (mandatos de Vereador (duas legisla-

turas), vice-prefeito (dois mandatos) e prefeito (atual mandato)."

Os advogados da coligação vão recorrer da decisão no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

FOLHA DE LONDRINA

Greca nega posse de obras de museu público



Divulgação

22 SET 2016

Em nota à imprensa, Rafael Greca afirmou que estranha que o caso venha à tona dez dias antes das eleições

Estelita Hass Carrazzi

Folhapress

Curitiba - A Prefeitura de Curitiba abriu nessa quarta-feira (21) uma sindicância para apurar a responsabilidade sobre o desaparecimento de 12 obras de arte de um museu municipal. Uma reportagem da "Folha de S.Paulo" mostrou a suspeita de que parte desse acervo esteja numa chácara pertencente ao ex-prefeito Rafael Greca (PMN), que concorre ao cargo novamente e lidera as pesquisas de opinião. Ele é o principal adversário do atual prefeito Gustavo Fruet (PDT), que tenta a reeleição.

Fotos publicadas por Greca em redes sociais e divulgadas na reportagem mostram objetos que coincidem, em descrição e imagens, com os itens desaparecidos em 1995, do museu Casa Klemtz. Na época, Greca era prefeito da cidade (1993-1996).

O candidato afirmou desconhecer o desaparecimento das peças e diz que seu mobiliário é de herança e pertence ao acervo da família.

A gestão de Fruet afirma que não tinha informações sobre o paradeiro das peças desaparecidas até a publicação da repor-

tagem. Agora, com base na publicação, a sindicância irá apurar a responsabilidade de servidores e, eventualmente, convidar o próprio Greca a prestar esclarecimentos.

O ex-prefeito não é obrigado a comparecer, já que não é servidor municipal.

As conclusões finais da sindicância, conduzida pela Procuradoria-Geral do Município, serão encaminhadas à polícia se ficar demonstrado que houve crime. Servidores envolvidos no sumiço também podem ser penalizados administrativamente, à luz do Estatuto do Servidor.

Em nota, Greca afirmou que estranha que o caso venha à tona dez dias antes das eleições. Na última pesquisa Ibope, divulgada na segunda (19), o ex-prefeito tinha 45% das intenções de voto, contra 16% de Fruet, em segundo lugar. "Se há semelhança [entre as peças], é de estilo do mobiliário da época, comum nas residências tradicionais de Curitiba, grande centro de produção moveleira", disse o candidato, em nota. "Os móveis de madeira de estilo eclético eram copiados diferentes vezes por um mesmo artesão. Os de ferro eram reproduzidos pela fundição Mueller."

22 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIS PERTO

Agora que Moro aceitou a denúncia, mandado de prisão de Lula pode ser expedido

Joana Neitsch

O fato de o juiz federal Sérgio Moro ter recebido a denúncia contra Luiz Inácio Lula da Silva leva ao questionamento se o ex-presidente está agora mais perto de ser preso. Para que ele seja preso de forma definitiva, é preciso ocorra todo o trâmite processual. Outra possibilidade, que poderia levá-lo à prisão a qualquer momento, seria a prisão preventiva.

Lula ainda não tem nenhuma condenação que justifique sua prisão. É preciso que Moro profira a sentença e, se houver condenação, que a segunda instância, no caso o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), confirme a decisão. Outra opção seria prisão preventiva, que pode ser requerida pelos procuradores do Ministério Público Federal ou decretada de ofício pelo juiz isto é, sem que tenha sido solicitada. Até o momento, o MPF não fez esse requerimento. Para justificar a prisão preventiva é preciso que o suspeito esteja tentando inviabilizar as investigações, tenha possibilidade de fugir ou represente riscos à manutenção da ordem pública. A prisão preventiva tem natureza cautelar. Esse tipo de prisão não tem prazo de duração delimitado, nem tem o objetivo de punir, mas de "resguardar a sociedade ou processo com a segregação do indivíduo", como explica Edilson Mougenot Bonfim, na obra Processo Penal.

O advogado especializado em direito penal Ivan Xavier Vianna Filho explica que há duas fases para avaliar se é necessária restrição de liberdade. A primeira se refere a materialidade e a identificação dos fatos, prova segura de que ocorreu um crime. E os indícios de autoria são as provas que demonstram que há ligação do suspeito com o crime cometido. A segunda fase se caracteriza pelo fato de o investigado incorrer em um ou mais dos seguintes itens: garantia da ordem pública, inviabilização das investigações e assegurar a aplicação da lei penal, para evitar a fuga.

DENÚNCIA

O juiz federal Sérgio Moro destacou na decisão que coloca Lula no banco dos réus que não descaracteriza o ilícito a desproporção entre o valor da propina de R\$ 3,7 milhões supostamente paga ao petista pela empreiteira OAS e as cifras bilionárias do esquema de corrupção na Petrobras.

A força-tarefa da Operação Lava Jato afirma que Lula foi contemplado com R\$ 3,7 milhões da OAS, na forma de investimentos no apartamento triplex do Guarujá - entre obras de melhorias e instalação de mobiliários - e no pagamento pela armazenagem de bens pessoais do ex-presidente.

22 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PENSÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem o recurso de um homem que, apesar de ser o pai biológico de uma mulher, buscava retirar dela o direito de herança e pensão. O pai argumentava no documento que ela não deveria ter acesso aos benefícios por ter sido criada e registrada por outro homem, que a acolheu como filha. Com a decisão, a Corte aplicou o entendimento de que o fato de uma pessoa estar registrada pelo pai de criação não impede o reconhecimento da paternidade biológica e a garantia de seus respectivos direitos, inclusive o de pedir uma nova identidade civil. A ação tem repercussão geral, isto é, a decisão do Supremo terá de ser seguida em processos semelhantes que tramitam em outros tribunais.

22 SET 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Um terço dos brasileiros culpa mulher por estupro

Pesquisa foi divulgada ontem pelo instituto Datafolha

Mais de 33% da população brasileira considera a vítima culpada pelo estupro. O dado consta de pesquisa feita pela Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Divulgado ontem, o levantamento mostra ainda que 42% dos homens e 32% das mulheres entrevistados concordam com a afirmação "mulheres que se dão ao respeito não são estupradas", enquanto 63% das mulheres discordam.

"O percentual dos que concordam não varia entre homens e mulheres (30%), o que significa que, para um terço dos brasileiros, a mulher que é agredida sexualmen-



Protestos contra a "cultura do estupro" tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras recentemente

te é, de alguma forma, culpada pela agressão sofrida se opta por usar certas peças de roupa", diz o levantamento.

De acordo com a pes-

quisa, os graus de concordância variaram mais em função da idade e escolaridade. Os grupos que mais se afastam da média são as pessoas

com 60 anos ou mais, com 49% de discordância e, no lado oposto, as pessoas com ensino superior, em que a discordância chegou a 82%.

22 SET 2016

JORNAL DO ÔNIBUS



Valor da propina não importa, diz Moro

O juiz federal *Sérgio Moro* (foto) destacou que não descaracteriza o ilícito a desproporção entre o valor da propina de R\$ 3,7 milhões supostamente paga ao petista pela empreiteira OAS e as cifras bilionárias do esquema de corrupção na Petrobras.

A força-tarefa da Operação Lava Jato afirma que Lula foi contemplado com R\$ 3,7 milhões da OAS, na forma de investimentos no apartamento triplex do Guarujá – entre obras de melhorias e instalação de mobiliários – e no pagamento pela armazenagem de bens pessoais do ex-presidente.

O esquema de cartel e corrupção na Petrobras, entre 2004 e 2014, segundo os investigadores causou prejuízos de R\$ 42 bilhões. ■

22 SET 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Um terço da população brasileira responsabiliza a mulher pelo estupro

Mais de 33% da população brasileira consideram a vítima culpada pelo estupro. O dado consta de pesquisa feita pela Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Divulgado ontem, o levantamento mostra ainda que 42% dos homens e 32% das mulheres entrevistados concordam com a afirmação: "mulheres que se dão ao respeito não são estupradas", enquanto 63% das mulheres discordam.

"O percentual dos que concordam não varia entre

homens e mulheres (30%), o que significa que, para um terço dos brasileiros, a mulher que é agredida sexualmente é, de alguma forma, culpada pela agressão sofrida se opta por usar certas peças de roupa", diz o levantamento.

De acordo com a pesquisa, os graus de concordância variaram mais em função da idade e escolaridade. Os grupos que mais se afastam da média são as pessoas com 60 anos ou mais, com 49% de discordância e, no lado oposto, as pessoas com ensino superior, em que a discordância chegou a 82%.

Verba publicitária de município não serve para realocar moradores

Para garantir a realocação de 23 famílias que moram embaixo de pontes da BR-101 em um bairro de Itajaí, o município teve suas verbas com propaganda bloqueadas. Segundo o juiz-substituto André Luís Charan, da 2ª Vara Federal de Itajaí, um lado atestou o perigo a que estão sujeitos os moradores.

Na decisão, o juiz congelou R\$ 1,8 milhão, destinados a uma agência de comunicação, até que as medidas sejam cumpridas integralmente, conforme pedido da Defensoria Pública da União (DPU) no processo

A determinação da Justiça Federal impõe a inclusão das famílias no programa muni-

cipal de auxílio-moradia, caso não existam estruturas físicas para recebê-las imediatamente; apoio para locação de imóvel compatível com o valor do benefício e remoção de móveis e pertences; e inscrição em lista de programa de habitação popular.

O município tem 10 dias para apresentar o plano e mais 20 dias para executá-lo, a partir da data do despacho, sob pena de multa diária de R\$ 19 mil. A Autopista Litoral Sul, concessionária da rodovia, deverá cooperar com a remoção das edificações e adotar as providências necessárias para evitar novas ocupações após a realocação das famílias.

Aroldo Murá JUSTIÇA FEDERAL APOIA HOSPITAL DE GUAÍRA

O Hospital Beneficente Assiste Guaíra recebeu por meio da Justiça Federal daquela Subseção Judiciária R\$ 400 mil para aquisição de equipamentos a fim de possibilitar o funcionamento da unidade hospitalar, atualmente, em reforma.

Os recursos são oriundos de verbas pecuniárias da 1ª Vara Federal de Guaíra que liberou a quantia existente na conta única do Juízo das Execuções Penais para a Associação Assistencial, entidade que administra o hospital.

No despacho, que deferiu o pedido formulado pelo Ministério Público Federal, o juiz federal Sandro Nunes Vieira (foto) destaca a relevada importância que o projeto tem para a região de Guaíra, especialmente por não haver qualquer entidade hospitalar no município para atendimento de casos de média e alta complexidade.